

ATA 037/2019

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de junho de dois mil e dezenove na Sede do Poder Legislativo no Plenário realizou-se a Reunião das Comissões com os seguintes presentes: **Vereadores**; Carlos Eduardo Ranzi, Arilene Maria Dalmoro, Ildo Paulo Salvi, Mozart Pereira Lopes, Mariela Portz, Marquinhos Scheffer, Marisa Bastos, Nilson do Arte, Waldir Gish, Paulo Adriano da Silva. **Assessores**; André Mario Martinelli, Marcos Antônio dos Santos, Adriana Ledur, Jurema Dalpian Marques, Adilene Loeffler, Fernando Dall Azen, Jean Todeschini Tasca, Jairo Valler, Ismael Cesar Altenhofen, Ivan Alexandre Hagemann, Angela Coletti, Daria Dionísia Beuren, Marciano Diedrich, **Assessores de Comissões**; Bianca Schutze dos Santos, Patrícia Talamini, Leonardo Schneider, Luís Paulo Scherer; **Assessora de Imprensa** Carolina Simão Gasparotto, **Assessor Jurídico** Gustavo Heinen. Iniciou-se a reunião com a votação da ata anterior. Logo após, o Senhor Presidente da Comissão de Educação, Saúde, Meio Ambiente e Ação Social, Paulo Adriano da Silva, desejou boas-vindas aos convidados, Secretário da Saúde Claudio Klein e Representante do Hospital Bruno Born Alexander Guimarães, e colocou em discussão o **PL061**- Autoriza o Município a firmar Convênio, em âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, com a Sociedade Beneficência e Caridade de Lajeado - Hospital Bruno Born e dá outras providências. Alexander agradece o convite e se coloca à disposição da casa para qualquer dúvida, sobre o contrato explica que como todos os custos vem aumento, a receita do hospital não consegue acompanhar esse aumento. Informa como foram feitos os cálculos para conseguir o reajuste e assim diminuição dos valores do contrato. Cita que no contrato atual conseguem contemplar 98 internações e no antigo eram apenas 88. Secretário Claudio Klein, agradece o convite e informa que o contrato foi muito discutido, afirma que hospital tem grande ansiedade sobre os prejuízos. Vereador Mozart cita ocorrido com amiga no H7 do Hospital, informa que além de não ter tido custo algum por ser área do sus, foi muito bem atendida. Acredita que projeto deve ser aprovado para o bem da população. Vereador Ranzi cita projeto anterior, que diverge do atual, informa que no contrato anterior havia em várias oportunidades a citação dos valores a serem pagos como “o valor de, até X valor”, o que diminui a variação de valores no contrato atual. Vereador afirma entender que existe o acréscimo, mas deve ser visto se é conveniente ao município a forma de pagamento definida no contrato. Alexander informa que já estariam a 6 meses negociando as formas de pagamento e valores. Cita que foram feitos cálculos de todos os anos anteriores para se chegar a uma média.

Vereador Nilson questiona se pode ser feito o pagamento por serviço prestado ao invés de um valor x ao mês, pois não é garantido que será utilizado o número de internações disponíveis. Secretário informa que é feito controle dentro da secretaria, e tem o fixo mas o que apresenta como variável é verificado. Alexander cita que é feita análise e comprovação mensal para a liberação do pagamento. Afirma que houve necessidade do aumento de internações. Suplente Marisa questiona sobre a limitação de atendimento a um paciente com AVC por mês, se não for atendido no mês atual poderão ser atendidos dois pacientes no próximo mês. Representante informa que não. Marisa acredita que seria ideal constar na lei que pudesse compensar no próximo mês. Questiona também sobre os sobreavisos dos especialistas, que seria interessante que estivessem lá quando a população necessita. Alexander cita que o sobreaviso é feito com médicos terceirizados ou donos de empresas próprias, que em contrato consta que ele tem a obrigação de atender, mas tendo um tempo até a chegada. Vereador Tori questiona como funciona o sobreaviso. Rosa informa que os médicos de sobreaviso devem vir quando chamados pelo médico plantonista. Se ocorrer a demora, é apenas em casos não considerados de emergência. Mozart cita que mesmo com dificuldades o hospital está sempre em função de atender melhor a sociedade, informa também sobre reunião do conselho sobre a venda para quitação de dívidas e continuação no investimento. Assessor Jean questiona sobre o contrato e valores do mesmo, cita que o que chama sua atenção é não constar valores de pagamento para plantonistas e médicos sobreaviso, que deve ficar transparente para a sociedade. Em relação aos valores fixos, também não vê sobre obstetrícia e ginecologia. Alexander informa que obstetrícia e ginecologia são valores fixos presenciais. Ranzi informa que na alteração se pretende pagar adicional, e afirma não entender porque dos itens estarem separados. Alexander informa que além de clínica médica os outros itens deveriam constar como sobreaviso. Tori afirma estar dividido entre votar contra ou a favor do projeto, acredita que deve haver uma maneira mais prática de atendimento a população. Questiona se há alguma mudança sobre o atendimento na porta do Pronto Socorro. Secretário informa que a porta da forma que está é desnecessária e uma forma não humanizada de receber o cidadão, e há possibilidade de mudança. Alexander informa ser questão de segurança, por ser setor de emergência. Jean afirma que como o hospital recebe dinheiro público ele se torna público e as portas devem estar sempre abertas. Alexander informa que o hospital é privado, com atividade filantrópica. O município contrata para prestar os serviços, mas

não deixa de ser privado. Alexander afirma que hoje é atendido 73% pacientes sus, representa 44% de faturamento, 56% do faturamento é convenio particular a atende 30% de atendimento. Tori afirma que o cidadão deve ser tratado como ser humano em qualquer local que chegar. Salvi informa que a questão de segurança não foi útil no momento que ouviu o incidente. Afirma que a porta deve estar aberta. Vereador Tori afirma que se a porta não for aberta não irá votar a favor do projeto. Vereador Gish cita a média de R\$10.000,00 (dez mil reais) dia para atendimento da população, e afirma que em visita a pacientes dentro do hospital não ouviu reclamações sobre o atendimento. Ranzi questiona item 4º do art. 3º, que representa 41% de aumento nos valores. Secretario informa que dentro da secretaria, a cada reajuste quem vai cobrindo os custos é a própria secretaria. Afirma ser a favor da porta aberta e acredita que deve ser ressaltada a qualidade de atendimento no hospital. Vereador Maquinhos concorda com Vereador Gish em questão do atendimento e acredita que o único problema realmente seria a porta. Alessandro informa que foram convidados Promotoria e Prefeitura do Município para decidir como seria feito modelo da porta. Tori ressalta que deve-se chegar a um consenso para alteração da situação da porta. Secretario sugere criar uma reunião entre os vereadores e os representantes do hospital para resolver. Neca questiona se quando o paciente for atendido pelo sus, se juridicamente é legal. Alexander confirma. Secretario finaliza afirmando que é a favor da porta aberta, mas deve ser observada a questão do risco. Sugere que seja resolvida a questão da porta para que o contrato seja aprovado. Cláudio afirma que será revista a questão de serviços não usados no mês atual, serem compensados no próximo mês. Vereador Tori agradece a presença dos convidados e continua a reunião das comissões com a discussão do **PL057**- Altera a Lei nº 5.885, de 16 de abril de 1997, que institui o Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências. Aguardar análise do jurídico. **PL058**- Altera o Art. 3º da Lei nº 5.973, de 10 de setembro de 1997, que cria o Fundo Municipal de Assistência Social. Aguardar análise do jurídico. **PL059**- Altera o Art.16 da Lei nº 8.276, de 24 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a Política de Habitação no Município e altera legislação municipal que cria o Conselho Municipal de Habitação – CMH e o Fundo Municipal de Habitação - FMH. Aguardar parecer do jurídico e parecer dos conselhos. **CM045**- Concede remissão de 100% no Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU para os imóveis declarados com áreas de viela pluvial ou viela sanitária. Com gabinete da Vereadora Mariela Portz. **CM046**- Altera dispositivos nos parágrafos do artigo 5º da Lei Municipal nº 8.136, de 15 de abril de 2009, que estabelece

normas para a exploração do comércio ambulante e trailers estacionados. Com gabinete do Vereador Ildo Salvi. Vereador Ranzi devolve o projeto **PL047**- Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial, e pede para constar em ata que na justificativa consta que não previa índice de correção, mas em análise, no contrato diz que vai ser IGPM mas muda para IPCA que é um índice maior, afirma que seu voto será contrário a aprovação. Sem mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Comissão de Educação, Saúde, Meio Ambiente e Ação Social, Paulo Adriano da Silva, agradeceu a presença de todos e deu por fim a reunião, assim como a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos os presentes.